

MGO-CAMARA MUNICIPAL DE ITABERAÍ

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	929505-MGO-CAMARA MUNICIPAL DE ITABERAÍ	ISADORA BREY REZENDE MACHADO MENDONCA	27/01/2026 08:33 (v 0.6)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		31

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa seguradora devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para a prestação de serviços de seguro veicular, por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, visando à cobertura dos 02 (dois) veículos oficiais da Câmara Municipal de Itaberaí, em lote único, conforme especificações técnicas, condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar – ETP que lhe deu origem:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR TOTAL
1	SEGURO VEICULAR PARA 02(DOIS) VEÍCULOS	1	R\$ 5.285,73

sendo:

DESCRIÇÃO	PLACA
VEÍCULO FIAT CRONOS SEDAN, 1.3 8V FLEX, ANO 2021/2022	RBP9G49
VEÍCULO CHEVROLET SPIN 1.8 AT PREMIER ANO 2023/2024	SCJ6B48

1.2. A apólice de seguro terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de início da cobertura, admitida a prorrogação, nos termos da legislação vigente, desde que comprovada a vantagem para a Administração.

1.3. Qualquer divergência que haja entre a descrição de um item no sistema Comprasnet e neste Termo de Referência, prevalecerá sempre a descrição do item deste Termo de Referência para fins, tanto de apresentação de proposta por parte do proponente quanto para a execução do serviço.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação rege-se pelo disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente pelo art. 6º, inciso XXIII, e pelo § 1º do art. 40, bem como pelas normas complementares aplicáveis ao Pregão Eletrônico, observados os princípios da legalidade, isonomia, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público.

DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.2. A contratação do seguro veicular justifica-se pela necessidade de proteger o patrimônio público, mitigar riscos financeiros e orçamentários e assegurar a continuidade das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Itaberaí.

2.3. A inexistência de cobertura securitária expõe a Administração a despesas imprevisíveis decorrentes de sinistros, indenizações a terceiros e eventual perda total dos veículos, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução adotada consiste na contratação de apólice única de seguro veicular, em lote único, abrangendo os dois veículos oficiais da Câmara Municipal, permitindo a gestão unificada do contrato, padronização das coberturas e maior eficiência administrativa, conforme justificado no ETP.

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E COBERTURAS MÍNIMAS

3.2. A apólice do seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos advindos do trânsito do veículo segurado, bem como as indenizações de serviços correspondentes, bem como as indenizações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme segue:

- a.) Colisão com veículos, pessoas ou animais, quedas acidentais, capotamento;
- b.) Roubo ou furto, bem como a tentativa de roubo ou furto, incluindo vidros;
- c.) Incêndio e explosão;
- d.) Danos causados por raios, inundação, ventos fortes e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;
- e.) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- f.) Atos danosos praticados por terceiros;
- g.) Danos causados à pintura por acidente ou por atos de terceiros;
- h.) Danos causados aos pneus em caso de acidente;
- i.) Danos causados ao veículo como consequência de roubo ou furto, enquanto em poder de terceiros;
- j.) Cobertura completa de vidros, incluindo lanternas, faróis e retrovisores.

3.3. A apólice do seguro deverá ter assistência emergencial 24 horas, válida para todo o Brasil, para os seguintes serviços mínimos:

- a.) Chaveiro;
- b.) 600 (seiscentos) quilômetros para reboque (guincho) ou transporte do veículo em caso de acidente, pane, furto ou roubo;
- c.) Socorro mecânico emergencial no local;
- d.) Transporte dos ocupantes do veículo até a residência ou local de trabalho do segurado, em caso de acidente, imobilização, roubo ou furto do veículo.

3.4. VALORES MÍNIMOS PARA COBERTURA DE DANOS:

- a.) Casco: 100% Tabela Fipe;
- b). Danos materiais a terceiros: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- c). Danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- d). Danos morais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- e). APP Invalidez: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- f). APP Morte acidental: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- g). Carro reserva por, no mínimo, 15 (quinze) dias.

DO QUANTITATIVO

3.5. A contratação abrangerá 02 (dois) veículos oficiais (**FIAT CRONOS SEDAN, 1.3 8V FLEX, ANO 2021/2022, PLACA RBP9G49 e CHEVROLET SPIN 1.8 AT PREMIER ANO 2023/2024, PLACA SCJ6B48**), cujas características detalhadas (marca, modelo, ano, placa e valor de referência) constarão da proposta vencedora e da apólice emitida.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Deverão ser atendidos os critérios de sustentabilidade que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Da exigência de amostra

4.2. Não haverá exigência de apresentação de amostras.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Não haverá exigência da carta de solidariedade.

Subcontratação

4.4. Não será permitida a subcontratação do objeto, total ou parcialmente.

4.5. A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste na contratação direta de seguradora devidamente autorizada e fiscalizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sendo a assunção do risco e a emissão da apólice atividades típicas e exclusivas da seguradora contratada.

4.6. A subcontratação comprometeria a segurança jurídica do contrato, a adequada gestão dos riscos, a fiscalização da execução contratual e a responsabilidade direta da seguradora perante a Administração Pública.

Garantia da contratação

4.7. Não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza do objeto, o baixo risco de inadimplemento e o fato de se tratar de contratação de seguro veicular com seguradora devidamente autorizada e fiscalizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

4.8. A própria apólice de seguro constitui garantia suficiente para resguardar o interesse da Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela contratada.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O serviço será executado de forma contínua, mediante a emissão da apólice e a manutenção da cobertura durante toda a vigência contratual, garantindo atendimento imediato e adequado em caso de sinistro.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.2. Constituem obrigações da contratada, além de outras previstas em lei:

- I. emitir a apólice de seguro em conformidade com este Termo de Referência;
- II. manter autorização válida da SUSEP durante toda a vigência contratual;
- III. assegurar o atendimento aos sinistros dentro dos prazos previstos nas condições gerais da apólice;
- IV. prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração;
- V. manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.3. São obrigações da contratante:

- I. fornecer as informações necessárias para a correta emissão da apólice;
- II. comunicar tempestivamente a ocorrência de sinistros;
- III. acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- IV. efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas.

OS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DAS REGRAS DE RECEBIMENTO

5.4. A prestação do serviço de seguro veicular abrangerá os veículos oficiais pertencentes à frota da Câmara Municipal de Itaberaí, os quais permanecerão sob a guarda e utilização da Administração, não havendo entrega física de produtos.

5.5 O recebimento do objeto dar-se-á de forma documental e administrativa, mediante a apresentação da apólice de seguro e dos respectivos endossos, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.6. O recebimento provisório ocorrerá com a entrega da apólice de seguro, no prazo máximo estabelecido no contrato, contendo todas as coberturas, valores segurados, franquias, vigência e demais condições pactuadas.

5.7. O recebimento definitivo será formalizado após a conferência e validação da apólice pela fiscalização do contrato, que verificará a conformidade do documento com as especificações constantes neste Termo de Referência, no contrato e na proposta vencedora, bem como a regularidade da seguradora junto à SUSEP.

5.8. A eventual identificação de inconsistências, divergências ou inadequações na apólice apresentada ensejará a notificação da contratada para correção, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.9. A contratada deverá assegurar a plena execução do contrato durante toda a vigência da apólice, incluindo a disponibilização de serviços de assistência 24 horas, conforme previsto na cobertura contratada, abrangendo, quando aplicável, serviços como reboque, socorro mecânico, pane elétrica, troca de pneus e demais assistências previstas.

5.10. Em caso de sinistro, a contratada deverá disponibilizar canais de atendimento adequados, garantindo agilidade na abertura, acompanhamento e liquidação dos sinistros, observados os prazos e condições estabelecidos na apólice e na regulamentação da SUSEP.

5.11. A contratada será responsável por prestar todas as informações necessárias à Administração, bem como por orientar quanto aos procedimentos a serem adotados em caso de sinistro, sem custos adicionais para a contratante.

6. Modelo de gestão do contrato

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização do contrato decorrente desta contratação serão exercidas por servidor(es) formalmente designado(s) pela Câmara Municipal de Itaberaí, nos termos dos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e avaliar a execução contratual, de modo a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

6.2. Caberá ao Gestor do Contrato a responsabilidade pela coordenação administrativa do ajuste, incluindo o controle de prazos de vigência, renovações, aditivos, reajustes, repactuações, bem como a verificação da manutenção das condições de habilitação e regularidade da contratada durante toda a execução contratual.

6.3. Ao Fiscal do Contrato incumbirá o acompanhamento técnico e operacional da execução, competindo-lhe, especialmente: verificar a efetiva vigência das apólices de seguro contratadas; conferir as coberturas, valores segurados, franquias e demais condições pactuadas; acompanhar a abertura, o andamento e a conclusão de processos de sinistro, inclusive quanto aos prazos de atendimento e indenização; atestar a conformidade dos serviços prestados para fins de liquidação e pagamento; registrar ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato e comunicar formalmente à gestão eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais.

6.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do contrato, permanecendo esta integralmente responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente.

6.5. Eventuais irregularidades constatadas na execução contratual deverão ser formalmente registradas e poderão ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, no edital e na Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Liquidação

7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.1. o prazo de validade;

7.2.2. a data da emissão;

7.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.5. o valor a pagar; e

7.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Pagamento

7.10. O pagamento será efetuado pela Câmara Municipal de Itaberaí à contratada após a regular execução do objeto, mediante apresentação da documentação fiscal pertinente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, nos termos do art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

7.11. O pagamento ocorrerá em parcela anual, correspondente ao valor da apólice contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do atesto da nota fiscal/fatura, desde que comprovada a efetiva vigência das coberturas securitárias e o cumprimento integral das obrigações contratuais.

7.12. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar:

- nota fiscal/fatura emitida em conformidade com o objeto contratado;
- comprovante de vigência da apólice de seguro;
- comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido na legislação vigente.

7.13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada em conta corrente de titularidade da contratada, previamente informada e mantida atualizada junto à Administração.

7.14. Na hipótese de irregularidade na documentação apresentada ou de descumprimento das condições contratuais, o prazo para pagamento será suspenso, reiniciando-se sua contagem a partir da regularização das pendências, sem que isso gere direito a reajustes, atualização monetária ou encargos adicionais à Administração.

7.15. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, será assegurada à contratada a atualização financeira do valor devido, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021, observados os índices oficiais aplicáveis.

7.16. Na hipótese de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente desde a data do adimplemento da obrigação até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a variação do IPCA, acrescida de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata die, nos termos do art. 113, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

7.17. Não será devida atualização monetária ou juros quando o atraso decorrer de irregularidades na documentação apresentada pela contratada ou de pendências de sua responsabilidade.

Dos critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços

7.18. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante o prazo inicial de vigência do contrato, correspondente a 12 (doze) meses, em razão da natureza anual da apólice de seguro.

7.19. Na hipótese de prorrogação contratual, o reajustamento de preços poderá ser admitido, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base da proposta.

7.20. O reajuste, quando cabível, será calculado com base na variação do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro que venha a substituí-lo oficialmente, por ser o índice que melhor reflete a variação do poder aquisitivo da moeda.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Forma de execução do objeto

8.2. O serviço será executado de forma contínua, mediante a emissão da apólice e a manutenção da cobertura durante toda a vigência contratual, garantindo atendimento imediato e adequado em caso de sinistro.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estadual e/ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

8.20. Sem prejuízo das demais documentações exigidas em lei, a(s) proponente(s) deverá(ão) apresentar:

8.20.1. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante fornece ou forneceu bens de natureza igual ou compatível com o objeto deste Termo de Referência;

8.20.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em matriz ou da filial do fornecedor;

8.21. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.285,73

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação foi apurado mediante pesquisa de preços, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, conforme valores apurados através da composição de custos unitários no sistema oficial do Governo (compras.gov.br)

9.2. O preço contratado será aquele resultante da proposta vencedora do pregão eletrônico, devendo contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, incluindo tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, administrativos, custos operacionais, bem como quaisquer outras despesas incidentes, não sendo admitido qualquer acréscimo posterior.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 01;

II) Fonte de Recursos: 100;

III) Programa de Trabalho: 1101;

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.69

11. Das sanções administrativas

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, bem como a prática de atos que comprometam a execução do contrato, sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

11.2. As sanções administrativas poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e ampla defesa, e consistem em:

I. Advertência, aplicável nas hipóteses de infrações de menor gravidade, quando não houver prejuízo relevante à Administração, especialmente por descumprimentos formais ou atrasos pontuais na execução contratual;

II. Multa, a ser aplicada nos seguintes termos:

- multa moratória, pelo atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, no percentual de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato;
- multa compensatória, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, fixada em percentual de até 10% (dez por cento) do valor contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

III- Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, nas hipóteses de infrações graves que comprometam a execução do contrato ou causem prejuízo relevante ao interesse público;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, aplicável nos casos de infrações gravíssimas, especialmente quando caracterizada má-fé, fraude, dolo ou prejuízo significativo ao erário, conforme art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. A aplicação das sanções observará procedimento administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. Na fixação da sanção, a Administração considerará, dentre outros critérios:

- i. a natureza e a gravidade da infração;
- ii. os danos causados à Administração;
- iii. a vantagem auferida pela contratada;
- iv. a reincidência;
- v. a existência de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme legislação aplicável.

12. Das disposições finais

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, o Estudo Técnico Preliminar que lhe deu origem e demais documentos do processo administrativo. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação vigente.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ISADORA BREY REZENDE MACHADO MENDONCA

Auxiliar Administrativo



Assinou eletronicamente em 27/01/2026 às 08:33:34.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 02. ETP.pdf (108.51 KB)